



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

**Parecer Jurídico**  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PROCURADORIA SETORIAL

## PARECER JURÍDICO

Número do Processo - SEI  
**202300005028414**

### EMENTA:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS.

I – Procedimento licitatório na modalidade pregão, em formato eletrônico, para escolha da proposta mais vantajosa para eventual aquisição com instalação de persianas e películas prediais sob medida, a serem instaladas nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás, conforme condições e especificações contidas no edital e em seus anexos.

II - Análise jurídica do procedimento e das minutas. Ressalvas e/ou recomendações;

III - Resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, entende-se pelo prosseguimento do feito, desde que observadas as recomendações constantes neste opinativo.

### I - RELATÓRIO

1. Versam os autos sobre procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, com a finalidade de registrar preços para eventual “aquisição com instalação de persianas e películas prediais sob medida, a serem instaladas nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás”, conforme condições e demais especificações contidas na Minuta de Edital por menor preço ou maior desconto e nos respectivos anexos.

2. A estimativa de custo da contratação é no importe de R\$ 8.996.132,78 (oito milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e trinta e dois reais e setenta e oito centavos).

3. Instruem os autos os seguintes documentos: DOD - Documento de Oficialização de Demanda; ETP - Estudo Técnico Preliminar; TR - Termo de Referência; Orçamento Estimado; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540934 ; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540957; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540989; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55541015; Planilha de Composição de Custos - Serviços ; Portaria da Contratação ; Anexo do TR Cód. SEI 56505505; Anexo do TR Cód. SEI 56505528; Minuta de Edital por menor preço ou maior desconto ; Minuta de Ata de Registro de Preços ; Minuta Contratual e Solicitação de Análise Jurídica .

4. Aportaram os autos nesta Procuradoria Setorial, por meio da Solicitação de Análise Jurídica , da lavra da Gerência de Compras Centralizadas, para o exercício da competência prevista no art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

5. Salienta-se que a análise tardia dos autos em questão se deu em razão dos déficits na funcionalidade do sistema SISLOG no que se refere aos envios de alerta/notificações das contratações para a unidade da Procuradoria Setorial – SEAD.

6. É o breve relatório.

### II - DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE JURÍDICA E FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

7. Nos termos do art. 47, §§1º e 2º, da Lei Complementar estadual nº 58/2006, compete ao Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão ou da entidade interessada a análise e aprovação prévia das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de qualquer natureza, cujos valores não ultrapassem a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Acima deste valor, será necessária também a manifestação jurídica do Procurador-Geral do Estado, antes da formalização do ajuste, sem prejuízo do exercício das competências do Chefe da Procuradoria Setorial.

8. Tal fluxo procedimental foi orientado na Nota Técnica nº 1/2021 – GAPGE, cujas conclusões foram sintetizadas nos seguintes termos:

27. Consolidando-se, por conseguinte, as alterações promovidas pela Lei Complementar estadual nº 164/2021 à Lei Complementar estadual nº 58/2006 nos procedimentos atinentes aos negócios públicos, podemos sintetizá-las da seguinte forma:

[...]

b) a **análise prévia das minutas de editais** de licitação, contratos, aditivos, acordos, convênios ou ajustes de qualquer natureza, dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual, **de forma exclusiva, pelo Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão ou da entidade interessada**;

c) sem prejuízo do exercício da competência prevista na alínea "b" retro, ainda cabe à Procuradoria-Geral do Estado a produção **de manifestação incidental e/ou conclusiva (antes do lançamento das assinaturas nos ajustes)**, nas seguintes hipóteses:

c.1) em licitações, contratos, convênios, acordos e ajustes que compreendam valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), cuja **manifestação jurídica conclusiva, de forma coordenada e sucessiva**, deve ser realizada pelo Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Setorial do órgão ou da entidade interessada e pelo Procurador-Geral do Estado;

9. No caso em apreço, por se tratar de procedimento destinado à formação de registro de preços, a verificação do valor de alçada tem como parâmetro o valor estimado para o próprio certame, conforme entendimento firmado no Despacho nº 1.399/2019 - GAB (processo SEI nº 201800010039061, evento nº 8866871), recentemente ratificado pelo Despacho nº 981/2023/GAB (Processo SEI nº 202200010054662, evento nº 48657550).

10. Assim, como o valor total estimado para o presente pregão eletrônico corresponde a R\$ 8.996.132,78 (oito milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), **não se faz necessário a atuação desta Procuradoria Setorial por meio de duas manifestações: a primeira, em caráter preliminar, consubstanciada no presente opinativo; e a segunda, em caráter conclusivo, no momento processual que antecede a assinatura da ata de registro de preços pelo titular do órgão, com a subsequente manifestação, em caráter complementar, do Procurador-Geral do Estado, em consonância com o art. 28, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 01/2024-SEAD.**

11. Nesse contexto, cabe destacar que a análise dos autos por esta Procuradoria Setorial tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, em estrito cumprimento ao artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, o que se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a estes, parte-se da premissa de que foram regularmente determinados pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, de modo que eventuais apontamentos sobre eles decorrem da sua imbricação com questões jurídicas, enfatizando-se, desde logo, o caráter discricionário de seu acatamento, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União (AGU).

12. A propósito, conforme já advertido no Despacho nº 1678/2022 – GAB (processo SEI nº 202119222000153, evento nº 000034323801), *“o mister de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, arrogada aos advogados públicos pela Constituição Federal, não pode ser confundido com atividade de ‘checagem de documentos’ e de ‘justificativas’ própria de ‘atos de gestão’, de modo que, por força do princípio da segregação das funções, não cabe a Procuradoria Geral do Estado e à sua unidade descentralizada junto ao órgão interessado [...] imiscuir-se em atos e decisões a cargo do ‘setor técnico’ da origem, concernentes à ‘solução escolhida’ e à aspectos ‘gerenciais [...] sobre a [...] contratação’, se e quando motivadas dentro da margem ‘admitida pela legislação’[5], na medida em que reservados à responsabilidade dos seus subscritores”*.

13. Dessa maneira, deve-se salientar que determinadas observações, embora sem caráter vinculante, são feitas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Entretanto, na eventualidade de seguimento do processo sem a observância destes apontamentos, impõe-se a devida motivação da decisão, por força do art. 50, VII, da Lei Estadual nº 13.800/2001.

14. Por fim, cumpre assinalar que a presente manifestação se limita a este processo administrativo e que o pronunciamento jurídico ora ofertado se ampara na documentação que o integra até o presente momento, sendo aqui tomada por pressuposto.

### III - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLCC) foi editada para estabelecer as *“normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*, em substituição à Lei nº 8.666/1993, à Lei nº 10.520/2002 e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, expressamente revogados pelo seu art. 193.

16. Vale frisar que a faculdade conferida à Administração de *“optar por licitar ou contratar diretamente”* de acordo com as leis do antigo regime licitatório, prevista no *caput* do art. 191 da Lei nº 14.133/22, restou limitada ao prazo fixado para a revogação destas leis, mediante manifestação do agente público competente, ainda na fase preparatória do certame, conforme entendimento firmando no Despacho nº 436/2023/GAB (SEI nº 45783900). Logo, ultrapassado o período de *“convivência normativa”*, resta impositiva a aplicação da NLCC aos procedimentos instaurados sob a sua regência exclusiva.

17. No presente caso, a sujeição à **Lei nº 14.133/2021** foi expressamente reconhecida no subitem 1.1 da **Minuta de Edital por menor preço ou maior desconto**.

### IV ? DA FUNDAMENTAÇÃO

#### IV.1 – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18. O artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o **inciso VII do caput do art. 12 desta Lei**, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#).

[...].

19. Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação (vide item 3 do presente opinativo), constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência, portaria de designação de agente de contratação, a minuta do Edital e seus anexos.

20. Entretanto, não resta demonstrado nos autos autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, **razão pela qual recomenda a correção na instrução do feito, mediante o suprimento deste aspecto.**

21. Desta forma, em atendimento a legislação supra é possível aferir que os autos do processo se encontram parcialmente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

22. Quanto à modalidade adotada, qual seja, pregão eletrônico, mostra-se escorreita, porquanto consoante o art. 29 da Lei nº 14.133/2021, deve-se adotar o pregão para aquisição de objetos que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

23. Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

24. No caso em análise a Gerência de Planejamento e Compras na Seção 2 – Descrição da solução – do **ETP - Estudo Técnico Preliminar** evidencia o objeto como comum a partir da descrição resumida do objeto bem como suas características.

25. Ainda sobre a modalidade escolhida, “menor preço por ITEM”, cumpre observar que ante as particularidades da pretensa contratação com vários itens, é do melhor interesse da Administração se proceder o certame por este tipo, por proporcionar o aumento da competitividade na disputa e, consequentemente, a possibilidade de se conseguir melhores preços por itens individualizados.

26. Destaca-se que a licitação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual será melhor analisado a seguir.

## IV.2 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E HIPÓTESES DE UTILIZAÇÃO

27. Preliminarmente, importante ressaltar que o Sistema de Registro de Preços – SRP consiste no “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras” (art. 6º, XLV, da Lei nº 14.133/2021).

28. As normas gerais acerca do Sistema de Registro de Preços foram consignadas em parte específica da Lei 14.133/21 (art.82 a 86), no capítulo que trata dos instrumentos auxiliares (Capítulo X, Seção V).

29. Contudo, o legislador não definiu esmiuçadamente diretrizes quanto às hipóteses de adoção do SRP, tampouco quanto ao juízo administrativo de uma vez dentro dessas hipóteses, optar por aplicar o instrumento ou não.

30. Em verdade, a Lei se limitou a prever que “**poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia**” (art.82, §5º, caput). E, no mais, apenas indicou exigências que deverão estar presentes no edital respectivo (art.82, caput) e condições a serem observadas quando da utilização (art.82, §5º, incisos I a VI).

31. Especificamente no âmbito das compras ou aquisições de bens, escopo do presente opinativo, asseverou brevemente que caberá ao planejamento da contratação avaliar a pertinência do processamento mediante o SRP. Ou seja, seguindo a linha da Lei nº 8.666/93, que indicava que as compras públicas, sempre que possível, deveriam utilizar o SRP, a NLCC incumbiu tal juízo de pertinência ao planejamento da contratação.

32. Neste contexto, a NLCC deixou considerável espaço de conformação e regulamentação aos estados-membros, para que melhor definissem as hipóteses e o procedimento de uso do SRP.

33. Exercendo essa competência para editar normas específicas sobre licitações e contratos, o Estado de Goiás expediu Instrução Normativa nº 001/2024, que dentre outras questões, definiu um rol de hipóteses em que o SRP deverá ser preferencialmente utilizado:

Art. 19 O Sistema de Registro de Preços - SRP **poderá ser adotado** desde que o objeto a ser contratado possa ser replicado e padronizado ou que contenha elementos que permitam a sua replicação, definindo-se em uma unidade que se repete, quando: (g.n)

I - pelas características do item, houver necessidade permanente ou frequente de sua aquisição ou contratação;

II - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente a ocasião e o quantitativo a ser demandado pela administração;

III - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, sob demanda ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

IV - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, no caso das contratações compartilhadas;

V - for atender a execução descentralizada de programa ou projeto estadual, por meio de contratação compartilhada ou de adesão a ata de registro de preços.

VI - nas contratações de merenda escolar e alimentos perecíveis, na forma de norma específica. Parágrafo único - A mera ausência de previsão orçamentária, sem a configuração de uma das hipóteses de adoção descritas nos incisos do caput deste artigo, não é motivo, por si só, para a adoção do SRP.

34. Em síntese, portanto, tratando da aquisição de bens comuns, é possível o processamento mediante Sistema de Registro de Preços (art.82, §5º, *caput*, da Lei 14.133/2021) e o planejamento dessas compras devem sempre considerar a expectativa de consumo anual, avaliando a pertinência de utilizar o SRP (art.40, II, Lei nº 14.133/2021).

35. A partir disso, evidenciada uma das hipóteses prefixadas pelo art. 19 da Instrução Normativa nº 001/2024, a equipe de planejamento poderá processar contratação utilizando o SRP.

36. Todavia, pontua-se que não se trata de uma aplicação automática e obrigatória. O regulamento foi claro e expresso ao indicar uma faculdade. E, naturalmente, nas contratações em que existirem eventuais peculiaridades que levem o órgão/entidade a não utilizar o SRP, este poderá ser afastado.

37. Nesse contexto, pode-se concluir que, constatada uma contratação que se amolda a uma das hipóteses da utilização do SRP, previstas no art. 19 da Instrução Normativa nº 001/2024, o planejamento da contratação necessitará avaliar a utilização ou não do registro, e seja qual for a opção, deverá expor os motivos subjacentes. Indicando, assim, qual seria a hipótese normativa e a justificativa da decisão de utilizar o SRP, ou não.

38. No caso dos autos, observa-se que o órgão assessorado justificou nos subitens 2.7.6.1 e seguintes do ETP - Estudo Técnico Preliminar a adoção do SRP. Pede-se vênha para transcrição do item 2.7.6.3 em especial:

[...]

**2.7.6.3. Satisfação de necessidades comuns a diversos Órgãos:** os resultados da licitação poderão ser aproveitados por diversos Órgãos. Isso representa duas ordens de vantagens - por um lado, há a já mencionada redução da burocracia, ampliando a eficiência da gestão administrativa. Por outro, há ganhos econômicos derivados da ampliação da escala de fornecimento. O custo unitário dos produtos varia em função das quantidades fornecidas. Logo, o contrato administrativo que verse sobre quantidades reduzidas, acarretará propostas com preço unitário muito mais elevado que a contratação de quantidades maiores; (G.N)

[...]

39. Assim, infere-se que a contratação se enquadra na hipótese do artigo 19, IV, da IN SEAD/GO nº 001/2024.

40. Por sua vez, a utilização do SRP como instrumento para formalização de contratações compartilhadas foi prevista no art. 82, §6º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º, II, da IN nº 01/2024-SEAD.

41. De modo geral, a contratação compartilhada consiste na “contratação de bens, serviços ou obras, realizada entre dois ou mais órgãos ou entidades, coordenada pela unidade central de compras e contratos, por meio de contrato centralizado ou registro de preços” (art. 2º, III, da IN nº 01/2024-SEAD).

#### IV.3 – DAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO SRP

42. Uma vez delineadas as hipóteses de utilização do SRP, passa-se a análise das condições de utilização impostas pela Lei nº 14.133/2021:

Art. 82 [...]

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

[...]

43. No inciso I, a NLCC ratificou a necessidade de ampla pesquisa de mercado, considerando, inclusive, a amplitude da licitação mediante SRP, que, não raro, atenderá múltiplas demandas de vários órgãos/entidades.

44. Tal indicativo foi atendido, conforme verifica-se na Seção 3 – Estimativas da Contratação e dos Preços Referenciais do TR - Termo de Referência, Seção 4 – Estimativas do Valor da Contratação no ETP - Estudo Técnico Preliminar bem como Planilha de Composição de Custos - Serviços e Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540934; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540957; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55540989; Evidência do Orçamento Estimado Cód. SEI 55541015.

45. No inciso II, por sua vez, consubstancia verdadeira delegação normativa ao regulamento dos entes federativos, reafirmando as competências destes para delinear seus procedimentos específicos no âmbito do SRP.

46. Neste ponto, exercendo essa competência para editar normas específicas sobre licitações e contratos, o Estado de Goiás expediu Instrução Normativa nº 001/2024, conforme aludido em linhas pretéritas.

47. O inciso III por conseguinte, sobreleva a necessidade de se manter práticas administrativas contínuas de gerenciamento de contratações, especialmente nas que envolverem SRP e respectivas atas de registro de preços, uma vez que envolvem gestão de atas, altos quantitativos integrados por vários órgãos/entidades, controle de adesões, etc.

48. No inciso IV, o legislador federal reiterou a necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro, especificamente mediante o reajuste em sentido estrito, já nos preços registrados em ata, antes mesmo do contrato. Isto é, a Administração deverá manter os preços registrados atualizados, a partir de períodos e índices predefinidos, de modo a preservar os valores frente à inflação e à variação ordinária de preços e custos.

49. Quanto aos incisos V e VI, mostra-se relevante realizar maiores considerações.

#### **a) Prazo de validade e vigência do registro de preços (inciso V):**

50. O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, fixou que, as atas de registro de preços terão validade correspondente a 1 (um) ano. E, ainda, que tal prazo fixo poderá ser prorrogado por igual período, chegando a até 2 (dois) anos, desde que comprovada a vantagem do preço registrado. Veja-se:

Art.84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

51. Percebe-se, portanto, que a NLCC denota a fixação de um prazo fixo e determinado, ficando a vigência inicial da ata sempre correspondente a 1 (um) ano.

52. Nesse contexto aliás, a Instrução Normativa nº 001/2024 SEAD/GO em seu artigo 45, aplica integralmente o regramento da NLCC no tocante a vigência anualizada, conforme transcreve-se:

Art. 45 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. (g.n)

53. Ressalta-se, ainda, que a prorrogação da ARP pressupõe que se demonstre que o preço registrado persiste vantajoso, mediante adequada pesquisa de preços, permitindo-se, inclusive, negociação com o detentor da ATA.

54. Por fim, aproveita-se a oportunidade para rememorar que o prazo de vigência da ata de registro de preços não se confunde com a duração dos contratos administrativos que dela podem advir.

#### **b) Cadastro de Reserva (inciso VI)**

55. Por sua vez, o inciso VI do parágrafo 5º, junto ao VII do caput, também deste art.82, prevê o denominado “cadastro de reserva”. Em síntese, trata-se do registro, em ata, daqueles particulares que aceitam cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

56. Tais fornecedores não serão igualados ao vencedor e detentor da ata. Na verdade, já a fase competitiva e a classificação, chegando-se ao licitante que será declarado vencedor. Porém, após a fase classificatória, é facultado aos demais que reduzam seus preços ao mesmo valor do vencedor, para que restem incluídos na ata, a título de cadastro de reserva.

57. Nesse cenário, os aderentes registrados em cadastro de reserva poderão ser convocados em caso de impossibilidade de atendimento ao anteriormente colocado, e ainda, nas hipóteses de cancelamento do fornecedor registrado com melhor classificação.

58. Dessa forma, a ata de registro de preços também terá o condão de gerar obrigação de fornecimento aos aderentes registrados em cadastro de reserva, vinculando-os aos preços registrados.

59. A IN nº 001/2024 SEAD-GO (art.40 e seguintes) regulamentou especificidades do cadastro de reserva, as quais devem ser observadas na fase externa da licitação.

60. No tocante a fase preparatória, firma-se, portanto, que é condição de utilização do SRP que a ata respectiva promova a inclusão dos aderentes de preços e, ainda “do licitante que mantiver sua proposta original”, conforme determina o art. 82, §5º, VI da Lei 14.133/2021.

61. Neste ponto, verifica-se atendido tal premissa, nos termos do item 11.8 e seguintes da Minuta de Edital por menor preço ou maior desconto.

62. Ainda quanto aos procedimentos a serem adotados para utilização do SRP, a IN Nº 001/2024 SEAD/GO, estabeleceu em seu art. 27 o procedimento a ser observado para a realização do sistema de registro de preços mediante procedimento licitatório:

Art. 27 O procedimento do SRP conterá as seguintes fases, observado o disposto nas normas estaduais que regulamentam a etapa preparatória das contratações:

I- Etapa preparatória;

II- Intenção de Registro de Preços - IRP;

III- Seleção do fornecedor;

IV- Formalização e gerenciamento da Ata de Registro de Preços;

63. Dos incisos acima elencados, a Intenção de Registro de Preços requer atenção.

**64. De acordo com o art.86 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, realizar procedimento público de intenção de registro de preços, para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos e entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total da contratação.**

65. Nestes termos, a IRP foi regulamentada pela IN SEAD nº 001/2024, em seu art.30 e seguintes, tendo sido estabelecido no art. 27, §1º que o procedimento poderá ser dispensado quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

66. Além disso, segundo prevê o art. 27, §4º, da IN nº 01/2024-SEAD, “A etapa de intenção de registro de preços prevista no inciso II do caput deste artigo poderá ser dispensada, mediante justificativa, em especial: I - em razão da urgência da demanda; II - demanda por quantitativo inexpressivo; III - complexidade ou peculiaridade técnica do objeto; IV - prejuízo à competitividade; V - nos casos de contratação decorrente de programa ou projeto estadual cuja demanda é levantada por unidade central.”.

67. De outro lado, em se tratando de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, **é vedada** a participação de outro órgão ou entidade na ata (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

68. No presente caso, não consta a divulgação da intenção de registro de preços, **razão pela qual deve ser realizada a intenção de registro de preços ou justificada a não divulgação do ato**, na forma do art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 27, §§3º e 4º, da IN nº 01/2024-SEAD.

#### IV.4. DA MINUTA DO EDITAL

69. A confecção do edital, como elemento da fase preparatória do processo licitatório, tem amparo no art. 18, V da Lei nº 14.133/2021. Os requisitos a serem observados estão previstos no seu art. 25.

70. No caso dos autos, a Minuta de Edital por menor preço ou maior desconto juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, com as alterações necessárias e de forma geral reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos. De outra banda, o instrumento convocatório foi destinado à ampla participação tendo em vista que o objeto, dividido em itens foi estimado em valores superiores à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disciplina do art. 48, I da LC nº 123/2006.

71. Diante de todo o exposto, entende-se que o edital encontra-se regular.

#### IV.5. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

72. O certame para o registro de preços produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado ata de registro de preços, que estabelece compromisso relacionado à futura contratação, conforme inciso XLVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

73. Este instrumento define as regras de formalização da ata, que devem estar em conformidade com a minuta do edital e do termo de referência.

74. No caso dos autos, a Minuta de Ata de Registro de Preços que foi juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, e, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos. **Apesar disso, são necessárias as correções no item 4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em razão de sua duplicidade, devendo o órgão gerenciador definir se será ou não admitida a adesão a ARP, de modo a evitar futuros imbróglis, adotando a partir daí a redação pertinente.**

#### IV.6. DA MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

75. O artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, trata dos requisitos a serem observados na elaboração da minuta do contrato.

76. No caso dos autos, a Minuta Contratual que foi juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, e, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.

#### IV.7. DA DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

77. O art. 7º da Lei nº 14.133/2021, trata da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, estabelecendo em seus incisos os requisitos a serem observados. O § 1º do referido artigo, enuncia que a autoridade deverá observar o princípio da segregação de funções, **vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos**, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021, também apresenta algumas limitações a serem observadas no caso concreto.

78. O Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023 por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, as quais devem ser observadas. O art.4º do referido Decreto trata da Portaria de Designação das Funções essenciais no processo de contratação, enquanto o art. 7º trata de forma mais aprofundada sobre o **princípio da segregação de funções**, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

79. No caso concreto, verifica-se que o pregoeiro e a respectiva equipe e apoio foram designados por meio da Portaria da Contratação, nos termos do art.10 do Decreto Estadual estando consonante com a normativa federal.

#### IV.8. DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DE CONTRATO

80. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos, incluído o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

81. Enfatiza-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no referido Portal (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021. **Nesse sentido, o órgão deve estar atento.**

#### V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

##### V.1 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

82. Em se tratando de licitação para Registro de Preços, quando da efetiva contratação, o órgão deverá documentar os autos com a indicação da dotação orçamentária respectiva.

83. Quanto à legislação suplementar aplicável (regramento federal ou estadual), cumpre perquirir a origem do recurso orçamentário, que fará face às despesas da futura contratação, tendo em vista que, consoante entendimento consolidado pelo Despacho nº 539/2018 SEI – GAB (SEI nº 3558063, processo nº 201800010005823), “(a) quando o recurso orçamentário, que fará face às despesas das aquisições, for oriundo da União, deve ser aplicado, na licitação e posterior contratação, o regramento federal; b) quando o recurso orçamentário for de origem estadual, devem ser aplicadas as normas gerais de licitação e contratos administrativos editadas pela União, conjuntamente, em caráter suplementar, com as normas específicas editadas pelo Estado de Goiás”.

84. O mesmo entendimento é aplicável ao Sistema de Registro de Preços – SRP, pois, conforme reconhecido no Despacho nº 80/2020 – GAB (processo nº 201900010019822, SEI nº 000011052053), a inexistência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes do procedimento de registro de preços “*não significa absoluta impossibilidade de que, em determinadas situações, já se vislumbre a origem dos recursos que serão direcionados para as futuras aquisições de bens e/ou prestação de serviços [...]*”. De outro lado, “[...] na situação em que não se percebe antecipadamente a origem do crédito orçamentário que será utilizado para as futuras contratações, devem ser aplicadas as normas gerais de licitação e contratos administrativos editadas pela União [...], conjuntamente e em caráter suplementar, com as normas específicas editadas pelo Estado de Goiás [...]”, sendo que, neste caso, “*não será possível empregar a Ata de Registro de Preços para promover a aquisição de bens e/ou contratação de serviços que ulteriormente sejam contempladas com verbas de origem federal*”.

85. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

##### V.2 – DA OBSERVÂNCIA ÀS PRESCRIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

86. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

87. As contratações públicas não devem ficar à margem da temática da proteção de dados, alçada à categoria de direito fundamental pela EC nº 115, de 2022. Frente a tal constatação, a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos - CNMLC/DECOR/CGU, emitiu o PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU?, aprovado pelo DESPACHO n. 00397/2022/GAB/CGU/AGU.

88. Nessa esteira, **recomenda-se ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado.**

#### VI ? CONCLUSÃO

89. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, **desde que observados e cumpridos os itens deste opinativo, em especial os itens 5, 20, 68, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88.**

90. Sendo o que cabia para o momento, é o parecer.

GOIANIA - GO, aos 21 dias do mês de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CUNHA CHUEIRI, Procurador (a) do Estado**, em 21/05/2024, às 09:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **60475238** e o código CRC **8349486D**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS  
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202300005028414



SEI 60475238